

## Cultura Política no Litoral do Paraná

Mirian Cristina Lopes<sup>1</sup>

**RESUMO:** Neste material debruça-se acerca de aspectos peculiares do Litoral do Paraná, principalmente no que se refere a identificação de uma Cultura política da desconfiança, gerada por uma Cultura Política Elitista mais geral que direta e indiretamente forja realidades marcadas pela desigualdade social, econômica e sociocultural. Região paradisíaca, cercada de Ilhas, Morros, Sambaquis históricos, cachoeiras, gastronomia diversa, entre outras atrações, como por exemplo, a Ilha do Mel que atrai milhões de turistas anualmente, mas que tem em sua sazonalidade realidades encortinadas, saberes silenciados e fortes relações engendradas pelo clientelismo (o uso da máquina pública enquanto moeda de troca de voto e outros tipos de favorecimento).

**Palavras-chave:** Política e cultura. Litoral do Paraná. Política paranaense.

## Political Culture on the Coast of Paraná

**ABSTRACT:** This material deals with peculiar aspects of the Coast of Paraná, especially in what concerns the identification of a Political culture of distrust, generated by a more general Elitist Political Culture that directly and indirectly forges realities marked by social, economic and socio-cultural inequality. Paradise region, surrounded by islands, hills, historical Sambaquis, waterfalls, diverse gastronomy, among other attractions, for example, Ilha do Mel attracts millions of tourists annually, but that has seasonally curtailed realities, silenced knowledge and strong relationships Engendered by clientelism (the use of the public machine as a currency of exchange of votes and other types of favor).

**Keywords:** Politics and culture. Coast of Paraná. Política paranaense.

- Enviado em 01/05/2017
- Aprovado em 17/05/2017

<sup>1</sup> Assistente Social, Mestre em Sociologia e Doutoranda em Sociologia pela UFPR. Uma versão preliminar desse texto foi apresentada no VIII Seminário Nacional de Sociologia e Política realizado de 17 a 19 de maio de 2017 na UFPR. E-mail: [mirian.lopes@hotmail.com](mailto:mirian.lopes@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

A Região costeira e marítima do Litoral do Paraná, berço do nosso estado (história pouca conhecida pelos próprios paranaenses) atualmente é reflexo de explorações diversas, devido a influências de diferentes tipos de cultura política que acaba por definir a condição de vida local. As características do território, as heranças culturais, o tipo de colonização, as configurações dos arranjos econômicos e políticos e a sazonalidade local, são os principais condicionantes que configuram a realidade vivenciada cotidianamente pela população caiçara (nascida na região) e pelos demais habitantes da região.

A Balneabilidade é um desse fortes condicionantes, visto que gera problemáticas sociais diversas e que possibilita (através do poder público e do poder econômico privado), tipos de arranjos que favorecem a perpetuação de mandos e desmandos, a utilização coercitiva do aparelho sócio assistencial, a construção enfadonha da participação democrática, pouca fiscalização das áreas de proteção ambiental e certo desdém quanto a garantia de direitos.

Através dessa problematização pretendo colocar em discussão que mudanças são necessárias, mas que não as visualizo sem que a população local (sociedade civil, movimentos sociais e as instituições participativas) possa exercer o direito de participação real na construção da política. Participação essa que promova a liberdade para experienciar o poder da cidadania a fim de mudar a cultura política atual que favorece a dominação.

Acredito que a garantia do direito está mais relacionada a atitudes, a ações e a comportamentos do que a formulações legais (espaços institucionalizados e de leis instituídas). A participação popular em prol dos direitos, enquanto real poder, tanto para conquistá-los, quanto para assegurá-los. E essa força, a população litorânea tem deixado de usar, o poder de pressionar, de reivindicar, de defender-se, pois entendo que na medida em que se defende da ausência e/ou da negligência dos direitos é que realmente existem e a lei os respeita e os institucionaliza.

As contextualizações que aqui serão apresentadas são parte da dissertação intitulada *Cultura Política no Litoral do Paraná: a UFPR-litoral e as Águas de Março*. Curitiba: Mestrado em Sociologia da UFPR, 2014, onde em suma, dissero sobre a realidade litorânea paranaense. Uma compilação macro que buscou compreender aspectos micro (mais específicos e regionalizados) do uso do poder na realidade local.

Para tal busquei referências sobre a teoria das elites – principalmente Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels (os pesquisadores clássicos dessa vertente teórica sobre a democracia) e autores da contemporaneidade como Ricardo da Costa Oliveira, dado que a realidade investigada aponta para certo domínio das elites econômicas e políticas, no que se refere a participação popular e a construção da “coisa pública”. E o fazem articulados ao Estado que têm atuado de maneira autoritária e despreparada no que se refere ao trato com a população litorânea, compondo de modo direto e indireto para a implantação de um projeto de sociedade que mais atende aos anseios do capital que as demandas dos cidadãos.

Assim como é fato que a realidade litorânea apresenta uma cultura política diversa, construída ao longo de seus 300 anos de história é dado também que as múltiplas faces dessa realidade já podem ser traduzidas, anunciadas, retratadas, particularizadas e contextualizadas, pois do mesmo modo como os mecanismos do poder, foram suficientes a sua construção, não foram efetivos no que concerne ao uso do mesmo para esconder com totalidade os seus efeitos.

Portanto, convido ao leitor (a) para conhecer e compreender melhor as particularidades que configuram a realidade local, a fim de que possam fomentar a investigação, a pesquisa e possíveis intervenções que possam anunciar novas estratégias para confrontar o poder das elites locais, visto que as configurações da cultura política local atual não geram a participação popular.

## 1. O LITORAL DO PARANÁ: HISTÓRIA E ESTRUTURA

Pesquisadores que tem a história do Litoral do Paraná como objeto, registram que as primeiras colonizações se deram pelos portugueses e são datadas do século XVI, ou seja, território que, entre outros, se destaca pela importância histórica na colonização do Paraná. Além dos registros históricos da colonização portuguesa, a região tem registros de habitantes primitivos como os índios Tupiniquins e Carijós, que nos dias atuais podem ser percebidos nos nomes dos balneários e locais turísticos ou não da região. Em Antonina foram encontrados vestígios de ocupação humana que datam de 1646. (MARANGON; AGUDELO, 2004).

A problematização mais contemporânea da história da região, versa sobre os aspectos sócio-políticos da história das origens do estado do Paraná. Remonta à emancipação política do estado do Paraná, desmembrado do estado de São Paulo em 1853, quando a elite política e econômica paranaense passa, progressivamente, a deslocar o investimento de recursos concentrados na cidade de Paranaguá para a região de Curitiba (que representava um desenvolvimento emancipado, descolado do colonialismo paulista).

O livro “O Silêncio dos Vencedores” que se refere à genealogia de famílias políticas paranaenses, apresenta diversas contextualizações sobre as origens do Paraná e, entre outros, demonstra que nomes nobres da política e da economia do século XX ainda “detêm poder e riqueza na atualidade, associadas aos interesses dominantes há quase 300 anos”. Tal levantamento aponta que essas famílias compõem uma surpreendente e complexa “rede de relações familiares, de parentesco e de privilegiamento que assegura a estrutura do poder nas mais diversas conjunturas”. (OLIVEIRA, 2001, p, 01).

Os estudos realizados por ANDRIGUETO (2002), BIGARELLA (1999), BARANOW (2002), MARCHIORO (2002), SIQUEIRA (2007), BARANGON (2004), PIERRI (2003), entre outros, como OLIVEIRA (2001), apontam que o Litoral do Paraná ficou por muito tempo no esquecimento sócio-político e econômico, principalmente porque a região não correspondeu aos ideais de potencialidade econômica preconizado por seus colonizadores.

A realidade da cultura política atual, foco deste artigo, foi configurada progressivamente, ou seja, após não encontrarem o ouro imaginado e depois de não receber da terra a fartura produtiva que desejavam, os colonizadores passaram a deslocar seus investimentos e recursos (que estavam alocados até então em Paranaguá) para a região de Curitiba, que na época movia-se para um desenvolvimento emancipado. Na mesma direção, imigrantes europeus, fixavam-se nas proximidades da atual capital paranaense, na região dos Campos Gerais e em outras localidades promissoras para atividades agrícolas.

O movimento de afastamento da região e o significativo abandono, aqui terão foco a partir de seus efeitos, como por exemplo, quando a elite deixa o Litoral Paraná e segue em busca de novas oportunidades para concentração de seus investimentos e ao longo do século 20, passaram

a visualizar a região apenas como local de descanso e lazer, o que levou a configuração atual de região turística (ESTADES, 2003).

Na contemporaneidade a elite paranaense passou a investir no Litoral mais precisamente no campo imobiliário (na compra de terrenos e na construção civil) e o turismo de praia passou a ser uma das principais atividades econômicas do Litoral do Paraná. Contudo, não foi o turismo e tão pouco a agricultura a assegurar a econômica local, mas sim as atividades portuárias. Desde o século XIX o Porto de Paranaguá assume um lugar de destaque na economia paranaense. Este processo teve início com a exportação da erva-mate (principal produto de exportação desse período).

Atualmente, o Porto de Paranaguá, é o maior em Movimentação de grãos, o segundo maior porto do Brasil, o maior porto da América Latina e, o 6º maior porto do Mundo. Dado que garante a Paranaguá o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita do estado. Para além das atividades portuárias, praiano-turísticas e das atividades agrícolas, o litoral também desenvolve atividades, ligadas ao artesanato e a pesca.

A atividade pesqueira é umas das mais antigas práticas econômicas dos municípios, porém atualmente são poucos os povoados exclusivamente pesqueiros (esses são acessíveis somente por água). Somam ao total, 60 vilas de pescadores, que encontram muitas dificuldades para dar continuidade a atividade.

Segundo ANDRIGUETTO, são vários os motivos que tem levado a redução e a extinção da prática da pesca e por consequência das vilas dos pescadores, como por exemplo, a incompatibilidade das leis ambientais com a prática tradicional (Tarrafa), o posicionamento do poder público marcado pelo forte viés economicista-produtivista (favorecimento para a pesca industrial), entre outras, condicionalidades como o crescimento urbano desenfreado. (ANDRIGUETTO, 2003).

O desenvolvimento atual das atividades agrícolas se dá, a partir de ensaios de modos alternativos de produção, como por exemplo, farinha de mandioca, extração e comercialização de palmito, plantio de cana de açúcar e produção artesanal de cachaças, como por exemplo, a Cataia (famosa por sua singularidade curativa). E as atividades tocadas por cooperativas, associações e/ou grupos familiares.

Além, da singularidade de suas atividades econômicas e de sua importância histórica na constituição do Brasil. O Litoral do Paraná abriga a maior área de Mata Atlântica contínua do país e uma biodiversidade riquíssima em relação à variedade de vida. Uma área de 98 km de extensão, cercada de ilhas de praias virgens, parques ambientais, morros, cidades coloniais, sítios arqueológicos raríssimos e outros registros históricos de mais de 300 anos de história, como por exemplo, manifestações folclóricas e gastronomia peculiar. (PARANÁ, 2010).

No entanto, tais características podem esconder e/ou disfarçar uma das realidades de maior desigualdade de todo o território nacional, pois o Litoral do Paraná é um território com fortes contrastes socioambientais, sócioeconômicos e culturais: além de ser o local de maior densidade turística do estado (devido ao turismo de veraneio e ao fato de abrigar a maior reserva contínua de Floresta Atlântica do Brasil) e, possuir o segundo maior porto graneleiro do país é um dos territórios brasileiros que apresenta os mais baixos índices no que se refere a alguns aspectos avaliados no âmbito do desenvolvimento humano.

Em relação aos índices populacionais, a distribuição é bastante desigual assim como a densidade, Paranaguá abrange apenas 11% do território litorâneo, porém abriga 52% da população total, enquanto Guariqueçaba que ocupa 35% do território litorâneo abriga somente 3% em relação à população total, o que demonstra grande desigualdade quanto à densidade. (PIERRI, 2003, p.144).

Além da distribuição desigual, a ocupação do território configura um cenário de forte segregação sócio espacial, onde ficam destinadas aos ricos as áreas geográficas de melhor estrutura e, aos pobres, as regiões mais periféricas. O mercado imobiliário encontra no turismo praiano a grande força para seu produto e insere estratégias para destinar o acesso às áreas de melhor localização a quem pode pagar valores mais altos.

O desenvolvimento local está comprometido pela ausência, pela insuficiência e principalmente pela má distribuição dos recursos no que se refere ao planejamento e ao investimento nesses espaços. Nesse sentido, o Estado tem se mostrado a serviço das elites e são inegáveis as desigualdades presentes nos encaminhamentos dados por parte dos mecanismos de Estado.

A sazonalidade é um fator determinante para o aumento da informalidade e as consequências do trabalho informal permeiam a negligência de direitos, o que agrava a precariedade das condições de vida dos moradores, sejam eles nativos (caíçaras), sejam migrantes que se deslocaram para o Litoral e ali fixaram residência, sejam para os que residem temporariamente em prol do trabalho de temporada.

Esses últimos, quando não encontram as oportunidades de emprego idealizadas, restam recorrer aos serviços prestados pelas secretarias de assistência social e pelas outras secretarias municipais. A maioria das solicitações se referem à busca de atendimentos médicos, passagens para suas cidades de origem, cestas básicas, moradias provisórias, entre outros, o que aumenta consideravelmente a demanda em relação à procura pelas políticas públicas sociais.

Os municípios que mesmo nos demais períodos do ano já não têm estrutura adequada para atender a populações fixa, nos períodos de inchaço populacional a situação é ainda mais complicada, pois não há equipe de profissionais e nem espaço físico para dar conta da maioria dos atendimentos. Um exemplo disso se refere às gigantescas quantidades de lixo geradas pelos turistas, que somadas à falta de saneamento básico e aos tipos de escoamentos de esgoto doméstico do Litoral (desaguam no mar), resultam em diferentes graus de poluição, proliferação de doenças, violência, entre outros, desgastes humanos.

Nesse sentido, o turismo que é uma força motriz da economia local também assume um papel devastador, quando se torna um dos principais agentes de poluição das águas marinhas, dos solos e também do fortalecimento da desigualdade social. No período do Natal a virada de ano, a região recebe em média um milhão e setecentos mil turistas (em maioria da capital e de cidades do interior do Estado), que permanecem no município por cerca de seis a 10 dias (PIERRE, 2003).

Quanto ao índice de desenvolvimento humano, quatro dos sete municípios do Litoral paranaense compõe o grupo dos municípios de menor (IDH) do estado do Paraná. O município de Guaraqueçaba é um exemplo, visto que possui o menor IDH (0.659) e ocupa a 392º posição no estado (constituído por 399 municípios). Dado que alerta o nível de extrema pobreza socioeconômica desse que é um dos municípios onde se localiza a maior extensão de área de preservação ambiental do Litoral, ou seja, se por um lado a região é riquíssima no que e refere à

preservação de suas reservas florestais e de seus ecossistemas, (que se apresentam quase intactos), por outro, abraça uma precária condição de desenvolvimento humano (I-PARDES, 2010).

Paranaguá é outro exemplo, o município que tem uma das maiores fontes de riqueza do estado, não consegue desenvolver-se socialmente na mesma proporção, ou seja, o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita do estado (R\$ 51,2 mil), contrasta em muito com a 318<sup>a</sup> colocação entre as 399 cidades paranaenses no Índice Iparde de Desempenho Municipal (IPDM), na área da saúde e ocupa uma posição ainda pior no IPDM Educação, a 330.<sup>a</sup> colocação.

Comparando dados municipais de 2000 a 2010, verificamos que quatro dos sete municípios apresentam um crescimento populacional expressivo, (Matinhos, Paranaguá, Pontal do Paraná e Guaratuba, regiões com características urbanas). A grande parte da população que vive nesses municípios mais urbanos depende economicamente dos empregos gerados pelo comércio local (poucos ainda trabalham com a pesca artesanal), alguns trabalham nas vagas geradas direta ou indiretamente pela atividade portuária, ou no serviço público municipal.

A grande maioria da população depende das vagas de emprego geradas pelo turismo de alta temporada, ou seja, não possuem empregos estáveis. É exatamente nesse contexto, que se localiza uma das principais problemáticas sociais do Litoral Paranaense, pois a balneabilidade é uma “via de mão dupla” que gera paradoxos diversos, tendo em vista que, o turismo que é a maior fonte empregadora da região para a camada mais pobre da população, tem a durabilidade de apenas três meses (janeiro, Fevereiro e Março). (sazonal) da população local que em maioria é incluída pelo sistema através da prestação de serviços temporários a comerciantes e proprietários de imóveis que são utilizados nas altas temporadas de verão (em maioria, sem vínculo empregatício).

O “retrato” até aqui apresentado se faz necessário, dado que são elementos constitutivos deste Território que em muito se aproxima de outras regiões litorâneas do país, ou seja, que tanto pode ser lido pela sua forte biodiversidade (“protegido” por leis e diretrizes nacionais e internacionais), quanto pela forte desigualdade social e precárias condições de vida. E que em suma anunciam a construção do fazer político na região (VIEIRA; JORGE, 2003).

As problemáticas sociais vivenciadas pela população litorânea, comprometem escolhas, principalmente em relação aos hábitos e as relações sociais. Trata-se de particularidades que

diferenciam o Litoral do Paraná da maioria das regiões turísticas do país, principalmente no que se refere às condições de subsistência ligadas ao turismo de baixa e alta temporada e além dos diversos problemas frente às legislações que regulam a proteção ambiental, mas não contemplam encaminhamentos frente à ocupação do território (para a população que ali já habitava antes da vigência dessas leis). (PIERRI, 2003).

Os condicionantes sócio-históricos e socioeconômicos apresentados, além das características regionais e conjunturais, configuram também, quem são os moradores do Litoral-PR. Um povo que apresenta diversificada miscigenação de raças e etnias, o que não se deve apenas às origens de descendência e migração dos tempos do Brasil/Colônia, mas também aos processos migratórios atuais, fator que entre outros demarca a principal origem do crescimento demográfico no seu território.

A região apresenta forte imigração, recebe todos os anos, um significativo número de imigrantes, que se desloca para o litoral em busca de oportunidades de trabalho, emprego e renda. Na esperança desse tipo de oportunidade e melhoria na qualidade de vida, migram para a região e se fixam nas áreas balneárias, advindos em maioria do interior e das regiões metropolitanas do estado.

Parte da população que reside nos municípios balneários se encontra em situação de pobreza relativa, com níveis de escolaridade e de renda baixos, e devido a essas e outras condições, estabelecem moradia em áreas consideradas de risco ambiental e/ou irregulares frente às leis que regulam as Áreas de Proteção Ambiental – APAS Litorâneas. A maioria dos imóveis dos veranistas está localizada nas áreas mais centrais dos balneários, espaços de altíssimos valor por m<sup>2</sup> (faixa que fica próxima ao mar). Desse modo aos moradores locais, restam apenas as áreas mais afastadas para construção de suas residências, ou seja, próximas aos morros. (PIERRE, 2003, p. 164).

Essas regiões, consideradas pelas leis de proteção ambiental, como irregulares, localizam-se geralmente em beiras de canais, orlas e próximas aos morros. As condições de habitação da maioria da população de baixa renda são precárias, sem falar que a falta de saneamento básico ainda é uma das necessidades emergenciais dos municípios, seja no espaço urbano ou rural.

Para além das situações mencionadas, uma demanda que também se agrava muito nos períodos de alta-temporada, se deve ao aumento significativo de adultos, adolescentes e crianças que fazem uso de substâncias psicoativas, como álcool e outras drogas. Segundo moradores e profissionais que atuam nos municípios na área da saúde e da segurança pública, essas situações geram o aumento de violências de todo tipo, exploração infantil, mortes por afogamento devido a ações negligentes decorridas de usos abusivos de álcool e outros riscos sociais. Em outras palavras, o problema central de uma cidade turística é o próprio turismo.

As dimensões contextualizadas até aqui, apontam que atualmente o litoral do estado está à mercê de diversos determinantes degradantes como, por exemplo, pouca oferta de trabalho e renda, má distribuição de recursos, ocupação urbana desenfreada (na pequena área de ocupação, entre o mar e a montanha), solo de baixa fertilidade (devido às características peculiares da planície litorânea e dos aspectos geomorfológicos), distanciamento de fiscalização na área da gestão pública, ausência de planejamento de longo prazo nas gestões públicas municipais, falta de organização popular e de estratégias para uma cidadania mais efetiva, (SILVA, 2013).

Diante das situações de vulnerabilidade social, os moradores fixos e os moradores itinerantes, buscam nas políticas públicas, possibilidades de enfrentamentos aos diversos problemas sociais com que se deparam no cotidiano, ou seja, dependem de ações, programas e projetos governamentais para que tenham melhores oportunidades, principalmente na baixa-temporada de verão. Tendo em vista essa alta dependência, a região apresenta prevalecimento de relações de poder atravessadas por tradições familiares, pelo protecionismo individual, pela valorização da hereditariedade, pela submissão ao poder econômico, fragilidade de organização, controle e participação popular e por fortes tradições clientelistas.

## 2. CULTURA POPULAR DA DESCONFIANÇA E A NÃO PARTICIPAÇÃO POPULAR

Os Resquícios do processo de colonização escravocrata somados aos condicionantes contemporâneos apresentados, anunciam que a cultura política do litoral do Paraná, apresenta

reflexos de uma dinâmica histórica de segregação sócioespacial somada a causas estruturais, culturais e institucionais.

O que me leva a creditar que a falta de investimento do poder público e o desinteresse por parte dos investidores capitalistas, somado às heranças culturais e políticas, resultou no que podemos denominar de cultura política da desconfiança. Cultura política essa gerada, principalmente porque o povo litorâneo é lembrado a “participar da política” apenas para validar um sistema representativo que os valoriza enquanto número de votos e os esquece nos demais processos existentes.

O fato do litoral do Paraná estar localizado em uma área segregada da metrópole, somado aos condicionantes sócio históricos e sócio ambientais apresentados nos capítulos anteriores, promovem a constituição de mundos sociais distanciados, o que denota a esse território a condição de isolamento (devido a exploração demográfica e o mal uso turístico do território). Condicionantes esses que favorecem a não participação política.

A participação mais efetiva do povo Litorâneo é de ordem religiosa. Grêmios e associações estudantis são ainda muito tímidos, do ponto de vista da participação sociopolítica, alguns existem na informalidade, outros foram organizados recentemente e devido a isso não entraram nessa contextualização (o caso dos grupos e entidades estudantis da UFPR Litoral que vem desenvolvendo movimentos iniciais na lógica local, a partir de protestos e articulação com outras entidades no processo de ocupação das escolas, contra a reforma do ensino médio apresentado pelo atual governo).

Associações de bairro, de pais e mestres, de mulheres e os grupos que discutem questões relacionadas a gênero, sexualidade e etnia; demonstram não se envolverem diretamente com a política local. Os sindicatos e associações de trabalhadores demonstram estar cooptadas pela lógica clientelista, tendo em vista que seus representantes são “cabos” eleitorais e/ou se beneficiam de algum privilégio gerado pelas negociações eleitorais, porém as organizações citadas merecem e requerem investigações e pesquisas mais apuradas, já que não foram centrais na dissertação de mestrado que deu base a esse artigo.

Os conselhos de direito, que se anunciam enquanto possibilidade para reivindicar a implantação de políticas públicas e quem sabe fomentar a criação de uma agenda local para

debater questões tão emergenciais (visto que preveem a participação popular para o controle e a avaliação do poder público), também não alcançam o objetivo para o qual foram criados, dada a complexidade das cooptações e arranjos políticos que atualmente configuram o espaço (representantes de associações, cooperativas e demais organizações populares, que poderiam ser setores “privilegiados” na luta por direitos, parecem encaminhar suas demandas em consonância previamente acertada com os representantes da gestão pública municipal).

Além dos arranjos apontados, o desconhecimento da existência dos conselhos, o distanciamento de seus instrumentos, o local e a hora (comercial) que ocorrem, concretizam a não utilização e/ou a pouca utilização do mesmo, enquanto via de participação na política. Há também, outros agravantes configuram a não participação ou a participação tímida nesses espaços como, por exemplo, a dificuldade de compreensão da lógica de construção, por parte da população, assim como o distanciamento da linguagem técnica e/ou acadêmica que permeia as conferências e conselhos municipais.

Em suma, nos sete municípios do Litoral do Paraná, ainda prevalecem mecanismos de poder utilizados em outras décadas, reunindo processos hierarquizantes, burocratizantes, institucionalizantes e com fortes registros de relações permeadas por clientelismo, mandonismo, além de históricos frequentes de corrupção e cooptação da representação da sociedade civil organizada.

A participação popular local se resume ao exercício do voto, ao comprometimento na atualização dos dados para receber em benefícios públicos previstos pela política de segurança social, ao posicionamento individual frente aos grupos históricos que disputam a gestão das prefeituras locais, as campanhas eleitorais organizadas a partir de uma lógica clientelista e paternalista e a organização comunitária de base religiosa com vistas à manutenção dos padrões hegemônicos de corpos sociais.

Nesse contexto, a realidade litorânea em muito se aproxima a de outras regiões, na medida que reflete a “imagem” nacional: O desemprego, a precarização do trabalho e do trabalhador (a) por conta da flexibilização (terceirização enquanto manobra dos moldes de produção industrial), o enfraquecimento e descrédito dos sindicatos, os efeitos das novas diretrizes para ajustamento estrutural da economia mundial impostas pelos tratados internacionais (estratégias globalizantes

do sistema neoliberal), a incapacidade de garantir direitos já consolidados (proteção social vista como obstáculo a maximização de lucros), somados ao modo de intervenção das elites políticas e econômicas sob a sociedade brasileira, levaram ao enfraquecimento do regime estatal.

O Estado democrático com vistas à garantia da cidadania preconizado na década de 1980, na atualidade tem se mostrado incompetente frente à garantia de direitos e a melhor redistribuição de renda a que se comprometeu. Na medida em que aumentam as dificuldades gestionárias do Estado, mais se reforçam os ideários neoliberais, ou seja, mais liberdade (poder) ao mercado e por consequência mais desigualdade social (mais privatizações, responsabilização da sociedade civil, mais lógica de consumo, mais segregação social e exclusão), afinal a lógica da acumulação não prevê igualdade.

Cabe considerar que não se está afirmando que o modelo de Estado é a única resposta possível à organização da sociedade, apenas opta-se por fazer jus à parte que lhe cabe na sociedade atual diante das relações de poder. Retomando, no que se refere às relações de poder, em uma sociedade de Estado, quando enfraquecido abre ainda mais brechas para que grupos e indivíduos exerçam a dominação a partir do uso do Estado enquanto mecanismo de regulação das suas estratégias.

Portanto, o excesso do poder precisa ser localizado a fim de que as manobras utilizadas por quem detém o poder sejam colocadas à mostra para que depois de descortinadas, possam ser impedidas e/ou reclamadas, pois se foram ampliam-se horizontes frente à redução das desigualdades sociais. Todavia, é preciso compreender que o poder não se localiza apenas no aparelho estatal, pois tal visão deixa às escondidas o projeto de sociedade vislumbrado pelas elites políticas e econômicas e encoberta os ideários do capitalismo neoliberal.

O estudo da cultura política demonstrou ser central na compreensão, dos direitos sociais, da democracia, da cidadania, da participação popular e do uso do poder, entre outras categorias essenciais a análise do Território Litorâneo. Seu entendimento requer a compreensão de sua trajetória e aplicabilidade e no que tange as políticas públicas foi essencial para a compreensão de que se, por um lado, o sistema de proteção social brasileiro é resultado da ação dos movimentos sociais, de outro, é também estratégia paternalista das elites para manutenção dos seus espaços de poder

Cabe frisar que entendo por Cultura Política, um sistema de natureza diversa que oferece orientação subjetiva ao fazer político, e que é constituída por valores, crenças e símbolos, que constituem tipos de caráter, comportamento, tipos de regime, entre outros. (DAHL, 1997, p. 159-175).

Acredito que a partir de uma percepção mais ampla das estratégias e do entendimento do que objetivam as elites, por parte da maioria da população, tem se a chance de usá-las nas negociações. A disputa pelo poder é quase inexistente, pois suas ações se voltam a perpetuar as formas de dominação pelo modo submisso com que se posicionam.

Nesse sentido, reforço a importância de que nos profissionais e comunidade acadêmica, proporcionemos caminhos para que a população litorânea se percebe e se comprehenda em suas potencialidades e limitações. Para que talvez possam criar movimentos de resistência e de quiçá mudanças. E é nessa corrente que esse artigo se desdobra, para chamar atenção da comunidade litorânea sobre questões como: Quais são a regras que nos obrigam a obedecer e por que somos obrigados? Através de quais discursos essas regras se apresentam? Quem cria essas verdades discursadas? Obedecemos por que somos punidos? Quais são as possibilidades de enfrentamento frente às punições instituídas? Questionar os padrões, os modelos, ou seja, as hegemonias parece ser o ponto de partida.

Assim, chamo a atenção para que percebam que percebemos que “não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável”, assim como não há como construir processos emancipadores com vistas à participação social sob a perspectiva de resultados efetivos e regulares. Perante o exposto pode-se dizer que a utopia é um caminho possível a reinventar as relações de poder. A utopia entendida enquanto o explorar de novas possibilidades humanas e novas formas de vontade. (FOUCAULT, p.262).

O corpus conceitual mais histórico e estruturante foi necessário e mereceu centralidade porque é de senso comum que nossa sociedade se auto intitula democrática, cidadã e igualitária. E pior, além de acreditar estar sob a representação de um estado democrático, se orienta cegamente por um modelo de sistema econômico que nivela valores e para tal, transvesti conceitos e termos, e depois de “montados” são usados na medida em que estrategicamente, são necessários á ordem do sistema neoliberal. (KATUTA, 2010).

Assim, não basta mais centralizar os estudos acerca da(s) cultura(s) política(s) com base nas atitudes e nas opiniões políticas da sociedade com vistas a compreender como se constitui e que papel cumpre. É preciso observar a história e a política, as crenças, os valores, o modo como criamos conhecimento, pois “as culturas políticas são produtos da experiência histórica” que reserva particularidades de nações, comunidades e grupos diversos (Brown, 1979, p. 1).

Em suma, se a perspectiva for à redução das desigualdades sociais, a participação popular é o caminho.

## REFÉRENCIAS

- ANDRIGUETTO, J.M.; MARCHIORO, N.P.X. **Diagnóstico e problemática para a pesquisa.** In: REYNAUT, C. et al (eds.) Desenvolvimento & meio ambiente. Em busca da interdisciplinaridade. Pesquisas urbanas e rurais. Curitiba: Ed. UFPR, 2002, p. 159-194.
- BARANOW, U.L.F; SIQUEIRA, M.D. **Universidade Federal do Paraná: histórias e estórias:1912-2007**, Editora da UFPR, Curitiba, 2007.
- BIGARELA, J. J. Matinho: **Homem e Terra - Reminiscências**. 2. ed. Matinhos, PR: Prefeitura Municipal de Matinhos; Fundação João José Bigarella para Estudos e Conservação da Natureza, 1999.
- BROWN, A.; GRAY, J. (Eds.) **Political culture and political change in communist states**. New York: Holmes & Meier, 1979.
- DAHL, R. A. **Polarização: Participação e Oposição**, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- ESTADES, N. P. et al. **O Litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social**. 2003.
- FOUCAULT, M. **A verdade não existe fora do poder**. In: Microfísica do Poder.
- IPARDES. **Caderno estatístico (vários)**. Municípios de Antonina, Guarapuava, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá, Pontal do Sul, Curitiba: IPARDES, 2010.

KATUTA, A (s) cidadania (s), os movimentos sociais e as espaço-temporalidades. In: Sociedade e cidadania: desafios para o século XXI/ org. Lucia Cortes da Costa e Maria Antonia de Souza. 2ºed. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2010.

MARANGON, M.; AGUDELO, L. P. P. **Comunidades rurais da APA de Guara-queçaba: entre diálogos e conflitos.** Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. São Paulo: ANPPAS, 2004. p. 1-17.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano. **A Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado do Paraná:** atuação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – 2003-2010. Curitiba: SEDU; PARANACIDA-DE, 2010.

PIERRI, N. **O litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social De-senvolvimento e Meio Ambiente,** Curitiba,n. 8, p. 25-41, jul./dez. 2003.

PARETO, Vilfredo. “**As elite e o uso da força na sociedade**”. In: SOUZA, Amaury de (org.). Sociologia Política. Tradução de Alice Rangel. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1996.

OLIVEIRA, R. C. **O silencio dos vencedores. Genealogia, classe dominante e Estado no Paraná.** Curitiba: Moinho do Verbo, 2011.

SILVA, V. **Sociedade Brasileira de Ciência do Solo. Núcleo Estadual do Paraná. Conhecendo os principais solos do Litoral do Paraná:** abordagem para educado-res do ensino fundamental e médio /, [et.al.].– Matinhos (PR) : UFPR, 2013. 32 p.; il. (Projeto Areia na Escola).

VIEIRA, L. V. L.; JORGE, M. A. **Turismo sustentável no litoral sul de Sergipe:** zoneamento dos aspectos ambientais e impactos associados. I Seminário de Pesquisa FAP-SE Aracaju, 2003. 4p.